



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 15 de janeiro de 2013

JORNAL DO COMMERIO

Embalagens 1
ECONOMIA

A CRITICA

Infraestrutura e ICMS interestadual 2
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

EM 2012 3
ECONOMIA

MASKATE

Apertem os cintos, a carestia chegou! 4

MASKATE

Apertem os cintos, a carestia chegou! (continuação)..... 5

MASKATE

Apertem os cintos, a carestia chegou! (continuação)..... 6

Embalagens

IP e Grupo Orsa firmam acordo e começam a operar nova empresa

A Orsa International Paper Embalagens recebeu 75% de investimento da IP e 25% da Jari/Grupo Orsa

A International Paper (IP) e a Jari Celulose Papel e Embalagens, empresa do Grupo Orsa, iniciaram as operações da nova empresa de embalagens do mercado brasileiro, que recebeu o nome de Orsa International Paper Embalagens. Com o acordo, os ativos de embalagem do Grupo Orsa, compostos por três fábricas de papel para embalagens e quatro unidades de produção de embalagens de papelão ondulado, passam a pertencer à nova empresa. Os negócios florestais no Sudeste e de celulose no Norte do país não entraram na negociação e continuam com o Grupo Orsa.

A IP investiu para ter a participação de 75% do novo empreendimento e a Jari responderá por 25%. "A Orsa International Paper embalagens já nasce como uma empresa forte e com potencial de crescimento acelerado, pois reúne o líder mundial na produção de embalagens com uma das principais companhias brasileiras, com grande conhecimento do mercado nacional", destacam Jean-Michel Ribieras, presidente da International Paper America Latina e Sergio Amoroso, Chairman do

Grupo Orsa.

Em 2013, a expectativa da nova empresa é de grandes desafios. "Passaremos por um processo de transição mantendo o mais alto padrão de qualidade e o atendimento ao cliente. Este será o primeiro passo para fazer essa empresa cada vez mais competitiva, sem abrir mão do compromisso com o meio ambiente e respeito aos profissionais, clientes, parceiros e comunidades", ressalta Marc Van Lieshout, nomeado para ocupar o cargo de presidente executivo da Orsa International Paper Embalagens.

A International Paper é uma empresa global na produção de papéis não revestidos e embalagens, com operações na América do Norte, Europa, América Latina, Rússia, Ásia e Norte da África.

No Brasil, a IP possui cerca de 2.600 profissionais e seu sistema integrado de produção é formado por três fábricas: duas no Estado de São Paulo e uma no Mato Grosso do Sul. Seus produtos, as linhas de papéis para imprimir e escrever Chamex e Chamequinho e a linha gráfica de papéis Chambril, são produzidos a partir de florestas 100% plantadas,

renováveis e certificadas.

O Grupo Orsa é uma das principais organizações brasileiras no setor de madeira, celulose, papel e embalagens, com atuação também no mercado de produtos florestais não madeireiros. Traz a sustentabilidade como eixo de sua estratégia de negócios. Tornou-se referência mundial em manejo sustentável de floresta tropical nativa por suas operações na região amazônica do Vale do Jari, localizado entre os Estados do Pará e do Amapá. Eleito pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) como dos casos exemplares de manejo florestal na América Latina e Caribe.

Sua unidade produtora de celulose de fibra curta é a única empresa do setor no Brasil certificada em toda a cadeia de custódia pelo FSC (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal). Nos últimos anos tem consolidado sua atuação na economia verde e com a aquisição Ouro Verde Amazônia diversificou os negócios no segmento de produtos florestais não madeireiros destinados à indústria alimentícia, entre eles a castanha-do-pará e açaí.

Infraestrutura e ICMS interestadual

O mundo desenvolvido continua com um quadro lastimável de queda na sua atividade econômica, aumento do desemprego, redução de auxílio social a sua população e tantos outros problemas. O nosso país não passa incólume por essa crise, temos muitos gargalos que impedem um crescimento mais substancial que nos distancie ou pelo menos nos coloque na dianteira dos países que ascendem aos primeiros postos da economia global. Mas, pelo menos estamos crescendo, mesmo a nível modesto não estagnamos e não regredimos no nosso PIB. Um dos gargalos que impede nosso

crescimento, a logística de transporte, deverá ser atacado com maior ênfase neste ano de 2013. Deverão ser investidos pelo Governo 133 bilhões de reais para construção e reforma de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias. A esse montante se somarão investimentos do setor privado, por meio de parcerias, objetivando acelerar os projetos de infraestrutura, colaborando para significativa redução do custo de transporte da produção. Aqui no Amazonas, reacende-se a esperança de recuperação da BR-319 e 174, dando mais

**Athaydes
Mariano
Félix**

E-MAIL: FIEAM@FIEAM.ORG.BR



opções para o escoamento da produção do PIM. Outro problema que nos interessa é a unificação do ICMS interestadual, como combate a guerra fiscal entre os estados, cujo primeiro passo foi dado com a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012. Nessa MP o Governo Federal cria o Fundo de Desenvolvimento Regional que prestará auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para compensar perdas de arrecadação resultante da redução das alíquotas interestaduais do ICMS. Essa redução deverá ser

aprovada por resolução do Senado, cujos níveis constam no parágrafo 3º, item IV do artigo 8º da MP 599 / 12. Importante para nós, o parágrafo 4º do mesmo item, exclui a Zona Franca de Manaus da redução do ICMS interestadual, permanecendo com a alíquota de 12%, bem como o artigo 21 que diz: "Fica vedado a disponibilização dos recursos do FDR e dos recursos de que trata o art. 20, caso constatadas, por parte da União ou de qualquer unidade federada, a concessão, prorrogação ou manutenção de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro em desacordo com o

previsto na legislação". O artigo 20 da referida MP, estabelece a destinação aos Estados e ao Distrito Federal os montantes constantes no Anexo II, que começa com a destinação de um bilhão de reais em 2014, aumenta gradativamente até 2016 e vai de 2017 até 2033 com quatro bilhões de reais, objetivando financiar programas dos governos estaduais destinados ao incentivo de investimentos com potencial multiplicador para a região. Entretanto, para que se efetivem as condições dessa MP será necessária a aprovação no Senado. Portanto, devemos estar atentos para que na aprovação não sejam inseridas condições que nos desfavoreçam.

EM 2012

Microempresas são 78% dos novos negócios no AM

As microempresas, com receita financeira bruta de até R\$ 240 mil, representaram 78% do total de novos negócios abertos no Amazonas no ano passado. Foram 5.204 empreendimentos na categoria, segundo balanço da Junta Comercial do Estado (Jucea).

No ano, a Jucea totalizou a inscrição de 6.654 novos empreendimentos entre firmas de sociedade limitada, anônima, empresas individuais de responsabilidade limitada, cooperativas e negócios de empresários.

Do total de novos negócios inscritos na Junta Comercial, as empresas constituídas por empresários individuais lideraram com 4.204 registros, 64% do total. As empresas de sociedade limitada ficaram na segunda posição com 23% do número de empreendimentos, o equivalente a 2.704 empresas. No mesmo período, o órgão registrou a formalização de 278 empresas individuais de responsabilidade limitada, 19 cooperativas e 13 firmas de sociedade anônima.

Manaus, terça-feira, 15 de janeiro de 2013.

Apertem os cintos, a carestia chegou!

Impostos encarecem preço dos alimentos e as previsões são sombrias

Desde o final de ano que este periódico alerta para os indícios das vacas magras e da inflação galopante. As finanças estaduais estão minguando, os buracos deixados pela gestão anterior se fazem sentir, a receita diminui e os compromissos herdados impedem novas ações e obrigam medidas antipáticas. Com uma das cestas básicas mais caras do Brasil, o consumidor amazonense vai levar mais um duro golpe no orçamento doméstico com um novo aumento de até 30% dos itens de necessidade básica alimentar que estão chegando nos supermercados esta semana. Quem for podre que se arrebente e a corda, é óbvio, vai romper no lombo dos mais humildes, com o arroz e o feijão, com 20% de reajuste nos preços. O sal também já foi reajustado em 10%.



Apertem os cintos, a carestia chegou! (continuação)

Compulsão fiscal

As mudanças na regra de cobrança do ICMS é resultado dos ajustes fiscais em todo território nacional, mas vai acarretar um estrago significativo para o consumidor local acostumado com as vantagens diferenciadas da Zona Franca de Manaus. No total, 13 itens sofrerão aumento nos próximos dias, segundo a Associação de Supermercado e Atacadista

do Estado do Amazonas que acusa o governo por sua compulsão fiscal. No dia 7, foi alterada de 1% para até 10% a isenção da alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os itens de primeira necessidade, em vigor desde 2003. A resolução, que altera a Lei de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, foi publicada no Diário Oficial.

Previsões alternativas



Thiago Curador, da Tendências, também projeta IPCA de 6% em março, no acumulado em doze meses. O economista, no entanto, estima que pouco menos da metade desse avanço ficará concentrado já em janeiro, com alta de 0,84% da inflação ao consumidor no mês. Para ele, isso irá ocorrer por causa das pressões sazonais sobre os preços dos alimentos. Além disso, nota, o fim redução do IPI para automóveis, linha branca e móveis, que expirou em dezembro de 2012,

também deve elevar os preços de duráveis no período. Outro potencial de risco para o IPCA logo no início do ano se dá em função dos reajustes de tarifas de transporte urbano. No ano passado, por causa do ano eleitoral, não houve aumento das tarifas de ônibus em algumas capitais brasileiras, como São Paulo. Para Fabio Ramos, economista da Quest Investimentos, as altas não devem ocorrer logo em janeiro por causa dos prefeitos em primeiro mandato, mas é possível que em março as tarifas aumentem.

Apertem os cintos, a carestia chegou! (continuação)

Apesar da redução da energia

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, projeta que a inflação irá acelerar para avanço de 6% em março, sempre no acumulado em doze meses. Na conta da LCA, está contemplada perspectiva de queda de cerca de 16% das tarifas de energia ao consumidor no período, assim como reajuste do preços dos combustíveis. Para o economista, alimentos e bebidas serão responsáveis por boa parte dessa aceleração. No ano de

2011, esse grupo teve alta de 1,3% entre janeiro e março, bastante inferior à média de 2,35% observada entre 2007 e 2012, nos cálculos de Romão. Em 2013, a expectativa é que o grupo tenha comportamento mais alinhado à sazonalidade, com alta de 1,95% no período, de acordo com as estimativas da consultoria. Assim, de avanço de 1,22% acumulada no primeiro trimestre de 2012, o IPCA deve subir 1,79% entre janeiro e março.